



Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 9

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia treze de março de dois mil e vinte e seis

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quarenta minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estiveram presentes, pela coligação AD-PSD/CDS, a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira e o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. Igualmente estiveram presentes os Senhores Vereadores Anselmo Antunes de Sousa e Carlos Bruno Fial Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----  
A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Leticia Lopes Almeida. -----  
Verificada a existência de “quórum”, foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1** - Análise e aprovação da Ata número oito da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis; **Ponto 2** - Empreitada de Execução de Infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial de Mêda - Liberação Parcial de Caução; **Ponto 3** - Empreitada de Movimento de Terras para Nivelamento e Modelação de Lotes da Área de Acolhimento Empresarial de Mêda - Liberação Parcial da Caução; **Ponto 4** - Aprovação de adenda ao contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Mêda e a caixa geral de depósitos, s.a., com a referência 0453/005751/091; **Ponto 5** – Tarifário para o ano 2026 dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Serviços Urbanos; **Ponto 6** – Pedido de mudança de titular do contrato de concessão – mercado municipal – loja nº 5 (padaria); **Ponto 7** - Aprovação de Adenda ao Contrato de Empreitada n.º 40/2025 – Empreitada de reparação/requalificação da Escola do 2º e 3º Ciclos e Secundária de Mêda- 27\_CP/2025 – Ratificação do Despacho nº 88/2026; **Ponto 8**- Marialva Medieval 2026 - Proposta de Normas de Participação – Ratificação do Despacho Nº 90/2026; **Ponto 9** - Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mêda, para realização do “VII TRAIL” Proposta Nº21/2026; **Ponto 10** - Atribuição de apoio financeiro à STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, para realização do “32º convívio regional do STAL” – Proposta Nº 20/2026; **Ponto 11** – Empreitada de reparação/requalificação da Escola do 2º e 3º Ciclos e Secundária de Mêda- 27\_CP/2025 – Aprovação dos Autos de Medição nº 1, nº 2 e nº 3; **Ponto 12** - Empreendimento de Caráter Estratégico – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para “Complexo Agroindustrial Avícola - Proposta 19/2026; -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, deu início à reunião, cumprimentou os presentes e informou que esteve presente em várias reuniões, designadamente na CCCR



*Handwritten signature and the name 'Geme'ck' in blue ink.*

Centro, com a presença de vários Senhores Ministros, tratando-se de uma reunião alargada que contou com vários municípios da área afetada pela tempestade na região de Leiria. Informou ainda que esteve presente na reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses, bem como na cerimónia de tomada de posse do Presidente da República, Doutor António José Seguro. Referiu ainda que, na referida cerimónia, teve oportunidade de o poder cumprimentar, a quem desejou os maiores sucessos no exercício das suas funções, salientando que o seu sucesso será também o sucesso de toda a comunidade portuguesa. Manifestou igualmente que, poderá contar com as pessoas da Mêda e com a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e de todos os Senhores Vereadores, entendendo ser esse um sentimento comum do Executivo, desejando-lhe um mandato profícuo. Mais reforçou que, o Senhor Presidente da República é do interior do país e que, durante a campanha, demonstrou ser defensor das políticas para o interior. Nesse sentido, expressou a expectativa de que, no exercício da sua magistratura, continue a dar atenção ao interior, contribuindo para que não seja apenas referido em discurso, mas efetivamente apoiado. Informou ainda que recebeu a Senhora Juíza Presidente da Comarca da Guarda, Dra. Olga Maciel numa visita de cortesia. Seguidamente, concedeu a palavra aos Senhores Vereadores para eventuais intervenções. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, questionou que, sendo professor na escola e tendo conhecimento de que existem prazos para as obras da escola, observou que, há cerca de duas semanas, não se encontravam a desenvolver trabalhos nas obras, questionando se existe alguma razão para que tal situação esteja a acontecer. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, dirigindo cumprimentos ao Sr. Presidente, Sr. Vereadores, iniciando a sua intervenção por expressar votos de que o mandato do novo Presidente da República seja produtivo e construtivo para o país. Referiu que, para as populações do interior, a expectativa é elevada, considerando tratar-se de um Presidente conhecedor da realidade desses territórios, das suas dificuldades, desafios e potencialidades. Acrescentou o desejo de que sejam reforçadas as políticas de apoio, desenvolvimento e coesão do país. Por fim, deixou uma palavra de apreço ao anterior Presidente, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, destacando a forma digna como desempenhou os seus mandatos. Referiu que, no período antes da ordem do dia, pretendia abordar apenas alguns temas. Indicou que volta a focar a sua intervenção na produção local, questionando o ponto de situação relativamente à castanha do concelho, mais concretamente se têm sido desenvolvidos esforços para a integração do concelho nos Soutos da Lapa. Acrescentou ter conhecimento de que houve trabalho desenvolvido nesta área em mandatos anteriores. Referiu que existe alguma burocracia que tem sido colocado alguns entraves à adesão da Mêda, mais concretamente no que respeita às Freguesias produtoras de castanha do norte do concelho com maior quantidade de castanheiros. Questionou se este dossier tem sido acompanhado e se tem sido desenvolvido trabalho nesta matéria, considerando que tal seria benéfico para os produtores, não só ao nível da valorização da castanha, mas também na abertura de oportunidades de financiamento e de investigação, tendo em conta as doenças que afetam o setor da castanha, nomeadamente o castanheiro. Abordou ainda a questão dos resíduos de construção e demolição, referindo que estes têm vindo a surgir com maior frequência na paisagem do concelho. Indicou ter conhecimento da existência de planos



*[Handwritten signature]*  
Remete

e mecanismos municipais para a gestão destes resíduos, questionando, no entanto, se poderá ser encontrada uma resposta a nível concelhio que permita o depósito adequado, sobretudo por parte de pequenos empreiteiros e particulares. Acrescentou que, após os incêndios ocorridos, a situação se tem agravado, verificando-se a acumulação de pequenos montes de entulho na paisagem. Por fim, colocou uma questão relativamente à reunião agendada para o dia 20 de março, no âmbito da área da saúde, questionando se a mesma se mantém. -----

Tomou a palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que, a reunião poderá realizar-se nos dias 19 ou 20, indicando que o Chefe de Gabinete tentou articular com todos os envolvidos. Acrescentou não existir ainda a certeza quanto à possibilidade de realização no dia 20, devido a eventuais constrangimentos, podendo, nesse caso, ter lugar no dia 19. Acrescentou não pretender adiar para a semana seguinte, sugerindo que a reunião pudesse assumir caráter extraordinário e ser agendada para um horário que permitisse a participação de todos os elementos do grupo de trabalho, nomeadamente daqueles que se deslocam de fora, de forma a que possam estar presentes fora do horário laboral. Relativamente à questão dos resíduos, referiu já ter explicado a situação em reunião anterior da Assembleia, aquando da votação do orçamento. Indicou que existe uma rubrica destinada à criação de um centro de recolha de resíduos de construção e demolição (RCD), manifestando a intenção de o concretizar durante o presente mandato, ainda que não podendo assegurar se a sua conclusão ocorrerá no corrente ano ou posteriormente. Manifestou tratar-se de um compromisso assumido com operadores, empresários e empreiteiros, tendo em conta a lacuna existente ao nível da gestão de RCD, nomeadamente no que respeita à sua diferenciação e tratamento. Acrescentou que já existe um projeto elaborado, o qual prevê a articulação com a Associação Cova da Beira, com vista à criação de um centro de recolha de RCD, dotado de capacidade para receber não só este tipo de resíduos, mas também resíduos florestais e biológicos. Referiu ainda que o projeto contempla a instalação de uma balança para pesagem, permitindo aos utilizadores conhecer o tipo e a quantidade de resíduos depositados, bem como os respetivos custos associados, encontrando-se o mesmo já numa fase de execução e não apenas de planeamento. Indicou ainda que, numa zona adjacente, foram criados dois ou três lotes fora do âmbito da participação comunitária, estando um desses lotes já destinado à criação do centro de recolha de resíduos de construção e demolição (RCD). Esclareceu que este centro não se limitará aos RCD, abrangendo também resíduos biológicos, nomeadamente restos de jardins, podas florestais e outros resíduos orgânicos. Sublinhou que se trata de um projeto que deverá ser concretizado durante o atual mandato, manifestando a intenção de antecipar a sua execução tanto quanto possível, considerando tratar-se de uma necessidade com cerca de 15 a 20 anos. Referiu que a ausência desta infraestrutura no passado contribuiu para a existência de depósitos ilegais de resíduos, nomeadamente na zona industrial, situação que originou a aplicação de coimas. Demonstrou preocupação com o facto de, na ausência de locais apropriados para deposição, os resíduos estarem a ser dispersos pelo território. Esclareceu que, quando os resíduos são depositados em propriedades privadas, a responsabilidade recai sobre o respetivo proprietário, e, quando em espaço público, sobre o município. Por fim, referiu que, já no mandato anterior, enquanto vereador, procurou acelerar este processo, não tendo sido possível concretizá-lo, assumindo agora, enquanto Presidente, o compromisso de que, até ao final do atual mandato, será uma realidade a existência de um posto de receção de resíduos. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, que questionou, se nunca foi equacionada a criação de um regime de transição que, enquanto o centro de recolha não se encontra feito, permita às pessoas depositarem os resíduos de forma controlada. Sugeriu, a título de exemplo, a disponibilização de um local específico para o efeito, onde os resíduos possam ser pesados e



4/meda

devidamente tratados, nomeadamente através da colocação de um contentor dedicado no armazém municipal, com o respetivo enquadramento regulamentar para o seu uso. -----

Usou a palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, esclareceu que, a gestão destes resíduos tem de estar devidamente regulamentada e licenciada, existindo dois tipos de resíduos no âmbito dos RCD: os diferenciados e os indiferenciados. Referiu que alguns resíduos exigem tratamento imediato, nomeadamente quando se trata de materiais como o amianto, que carecem de procedimentos específicos. Acrescentou que, mesmo em obras de escassa relevância urbanística, os resíduos produzidos podem ser de natureza diversa, incluindo materiais potencialmente perigosos, como componentes com substâncias cancerígenas ou plásticos. Indicou que, nessas situações, é necessário dispor de licenciamento próprio para proceder à recolha e encaminhamento adequado desses resíduos. Sublinhou a intenção de criar uma solução efetiva, que permita dar resposta à totalidade dos resíduos, não apenas aos diferenciados e indiferenciados, mas também aos provenientes de atividades florestais e de jardinagem. Destacou a necessidade de criar um posto de recolha com condições adequadas, esclarecendo que os resíduos não permanecerão no local, sendo posteriormente encaminhados, podendo, em alguns casos, ser reaproveitados na hora, enquanto outros exigem tratamento específico em locais apropriados. Saliu que não se trata de uma solução simples, como a colocação de contentores isolados, uma vez que a atividade carece de licenciamento e da celebração de protocolos com entidades responsáveis pela recolha e tratamento dos resíduos. Indicou que o objetivo é resolver de forma definitiva o problema dos resíduos no concelho, criando um centro de recolha que aceite todos os tipos de resíduos, sem exceção, ainda que com diferenciação de custos consoante o tipo e o tratamento necessário. Relativamente à questão dos Soutos da Lapa, referiu que, no mandato anterior, foi celebrado um protocolo no valor de 20 mil euros, destinado à realização de um estudo com vista à possível integração de várias Freguesias do concelho da Mêda na denominação de origem dos Soutos da Lapa. Indicou não ter presente a percentagem exata abrangida, comprometendo-se a apresentar esse detalhe em momento posterior. Esclareceu que, o processo implicaria validação a nível nacional e europeu, nomeadamente junto das instâncias comunitárias. Referiu ainda que o trabalho vinha já de mandatos anteriores, tendo sido desenvolvido em articulação com a cooperativa de Penela da Beira. Indicou que, no mandato anterior, a referida cooperativa entrou numa situação de dificuldade, aproximando-se de um processo de insolvência, o que comprometeu a continuidade do trabalho. Acrescentou que, há cerca de um a dois meses, contactou o interlocutor responsável pelo processo, no sentido de aferir o ponto de situação e perceber se, no âmbito da reestruturação da cooperativa, existiam condições para dar continuidade ao trabalho. Referiu ainda que parte do pagamento não foi efetuada, precisamente por se pretender garantir a concretização do projeto. Por fim, indicou não dispor, no momento, de informação atualizada sobre o desenvolvimento do processo, comprometendo-se a prestar esclarecimentos na próxima reunião. Relativamente à escola, referiu que a situação se deveu à falta de materiais necessários à execução da obra, pelas dificuldades no fornecimento de matéria-prima devido a tempestade Kristin. Indicou que o processo teve também de ser enquadrado em termos de decisão política, tendo sido levado à Assembleia Municipal, onde foi objeto de discussão e aprovação. Sublinhou que a escola constitui uma prioridade, independentemente da possibilidade de financiamento, mas afirmando que, caso tal não se concretize, o município assumirá o investimento, por considerar tratar-se de uma questão de valorização da educação. Referiu que a intervenção deverá ser retomada, encontrando-se já em fase de reinício, explicando que tal dependeu de dois fatores: a definição da orientação política e a necessária aprovação pelos órgãos executivo e deliberativo. Destacou, nesse âmbito, o consenso alcançado na Assembleia Municipal, onde a proposta foi aprovada por unanimidade, evidenciando tratar-se de um problema estrutural do concelho e de uma aposta estratégica. Acrescentou que, o investimento na educação é fundamental para garantir melhores condições às gerações futuras. Seguidamente apresentou a Situação financeira para conhecimento. -----



Almeida

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número oito da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis;**

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº 8 referente à reunião ordinária de câmara realizada no dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município. -----

**Ponto 2 - Empreitada de Execução de Infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial de Mêda - Liberação Parcial de Caução;**

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, apresentou o ponto. -----  
Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, que questionou o ponto de situação em que se encontra a Área de acolhimento Empresarial. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, relativamente à Área de Acolhimento Empresarial, referiu que se encontram em curso processos de avaliação, de um regulamento. Esclareceu que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura a fundos europeus para a construção da zona industrial, na qual estava a premissa a alienação dos lotes por um valor avultado, de forma a garantir a viabilidade económica do projeto. Indicou que, no decurso do mandato anterior, foi realizada uma consulta pública para aferir o interesse na aquisição dos lotes nas condições estabelecidas, não tendo sido registadas manifestações de interesse, ficando o procedimento deserto. Referiu que, posteriormente, foi aprovada em reunião de Câmara uma proposta de alteração, sujeita a consulta pública, que reduziu o valor de venda para 2€/m<sup>2</sup>. Acrescentou que foi também criada uma comissão de avaliação dos projetos, composta por entidades internas e outras consideradas adequadas pelo Presidente da Câmara, tendo este modelo sido objeto de discussão e aprovação no mandato anterior. Indicou que, no momento, existem candidaturas em fase de avaliação, sendo analisado o mérito das mesmas e a capacidade. Sublinhou que o regulamento prevê regras rigorosas, com o objetivo de evitar a especulação imobiliária, garantindo que os lotes sejam efetivamente utilizados para os fins a que se destinam. Esclareceu que, os adquirentes deverão apresentar plano de negócios, obter o respetivo licenciamento e iniciar a construção num prazo curto, sob pena de reversão do lote para o município, caso não sejam cumpridas as condições estabelecidas. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a liberação parcial de 60% da caução prestada no âmbito da empreitada de Execução de Infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial de Mêda, no valor de 88.970,15 €, ficando a caução reduzida a 40% do seu valor total. -----

**Ponto 3 - Empreitada de Movimento de Terras para Nivelamento e Modelação de Lotes da Área de Acolhimento Empresarial de Mêda - Liberação Parcial da Caução;**

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação parcial de 60% da caução prestada no âmbito da empreitada de Movimento de Terras para Nivelamento e Modelação de Lotes da Área de Acolhimento Empresarial de Mêda, no valor de 23.759,40 €, ficando a caução reduzida a 40% do seu valor total. -----

**Ponto 4 - Aprovação de adenda ao contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Mêda e a caixa geral de depósitos, s.a., com a referência 0453/005751/091;**



40me:do

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara que aprovou a minuta da adenda ao contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Mêda e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com a referência 0453/005751/091, conferindo poderes para a sua outorga. -----

#### **Ponto 5 - Tarifário para o ano 2026 dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Serviços Urbanos;**

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, relativamente ao tarifário para o ano de 2026, referiu que o mesmo foi elaborado pelos Serviços Urbanos, no âmbito das responsabilidades e obrigações legais em vigor. Indicou tratar-se de um documento técnico com enquadramento político, na medida em que a definição dos tarifários é da competência do município. Sublinhou, no entanto, que a sua elaboração e aplicação obedecem a imposições legais, não podendo o município fixar valores que contrariem o estabelecido na lei. Referiu que, a Câmara Municipal realizou um esforço no sentido de atualizar os preços, tendo esse esforço impacto direto nos encargos suportados pelos munícipes. Explicou que tal decorre de obrigações legais a que o município está sujeito, referindo já ter transmitido essa posição à ERSAR, considerando não ser correto que outros municípios não façam os mesmos esforços, sobretudo quando, em muitos casos, os postos de abastecimento são os mesmos, o que pode gerar incompreensão por parte da população. Referiu que, frequentemente, os munícipes têm dificuldade em compreender essas diferenças, exemplificando que existem situações que não são facilmente perceptíveis para os cidadãos. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referiu que, por já ter exercido funções como Presidente de Câmara, conhece bem as exigências da ERSAR, salientando que as mesmas se têm vindo a tornar cada vez mais rigorosas, e do ponto de vista político, seria confortável votar contra, mas que, por sentido de responsabilidade e conhecimento do funcionamento da matéria, não o faria, manifestando o seu voto favorável. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, dirigindo-se ao Sr. Presidente, referiu que, do ponto de vista da regulamentação e legislação aplicável ao abastecimento de água, não tinha conhecimentos aprofundados na matéria, mas que analisou a proposta em análise, tendo lido atentamente o parecer da ERSAR. Referiu que a regulamentação impõe a recuperação mínima de 90% dos custos seja cobrado aos consumidores, considerando, contudo, que tal objetivo se revela difícil de atingir, tendo em conta as perdas de água no sistema de distribuição. Acrescentou que identifica um aumento significativo das tarifas associadas, mencionando que o parecer aponta para aumentos na ordem dos 80% na tarifa de resíduos. Referiu que a análise aos tarifários propostos pela ERSAR aponta para um aumento de 54% face ao encargo do ano anterior (2025), tendo por base preços ainda referentes a 2024, uma vez que em 2025 não houve atualização. Acrescentou que, no caso dos utilizadores não domésticos, se verifica um aumento na ordem dos 70%. Manifestou que, em comparação com outros municípios, considera que o impacto mais relevante para os munícipes se reflete na fatura final da água, mais do que no consumo em si, esse agravamento resulta, em grande medida, das tarifas associadas aos resíduos, mais do que propriamente do custo da água consumida. Referiu que, conforme mencionado pelo Sr. Presidente, foi realizado um esforço grande na atualização dos preços da água no mandato anterior, salientando que esse impacto se fez sentir na economia local, sobretudo nos pequenos negócios. Acrescentou que, o custo da água representa um encargo relevante para algumas atividades, nomeadamente negócios familiares, como a restauração, constituindo um importante custo de contexto. Indicou que, apesar das indicações técnicas e do parecer da ERSAR, considera que o aumento proposto é muito significativo, particularmente tendo em conta o atual contexto



4/11/2026

internacional e inflacionista, cujos efeitos se farão sentir nos próximos meses. Concluiu, assim, manifestando o seu voto contra a proposta. Referiu que está plenamente ciente e de acordo com grande parte das considerações apresentadas pelo Sr. Presidente, numa das suas primeiras intervenções nas reuniões, numa análise das GOP, abordou a questão do investimento, considerando muito pouco o montante aplicado na rede de abastecimento de água. Sublinhou que o contexto internacional atual e futuro aponta para um aumento significativo da inflação, com impacto direto no custo de vida das famílias. Acrescentou que esse agravamento será particularmente sentido por agregados com créditos à habitação, face à subida das taxas de juro, cujos efeitos se intensificarão nos próximos meses. Indicou que a atualização dos tarifários, nas condições propostas, contribui para o aumento do custo de vida, esclarecendo, no entanto, não ser contra a atualização dos preços da água em si, mas sim contra aumentos de grande dimensão como os apresentados. Sugeriu, como alternativa, a possibilidade de aplicação de aumentos mais moderados ou a manutenção de critérios semelhantes aos do ano anterior. Referiu que as decisões tomadas poderão ser interpretadas de diferentes formas pela população, podendo ser entendido que as medidas estão a ser adotadas de forma leve. Acrescentou que, da mesma forma, poderá ser entendido que, por se tratar de início de mandato, se está a proceder ao aumento das tarifas da água, podendo, posteriormente, não se verificarem novos aumentos no final do mandato, considerando que a situação pode ser interpretada nesses dois sentidos. Manifestou que, do ponto de vista da sua coerência pessoal, e atendendo ao contexto atual, marcado pelo aumento do custo de vida das famílias, pela inflação e pela diminuição do poder de compra, considera que não é oportuno proceder a este aumento. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Carlos Fial do partido Socialista (PS), aprovar a estrutura tarifária e o tarifário para o ano de 2026 dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos. -----

**Ponto 6 - Pedido de mudança de titular do contrato de concessão – mercado municipal – loja nº 5 (padaria);**

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, conceder autorização especial para a alteração da titularidade do contrato de concessão da Loja n.º 5 do Mercado Municipal de Mêda, passando a segunda outorgante a ser Cláudia Sofia Guerreiro Alexandre Clemente Vieira Garcia, mantendo-se as restantes cláusulas contratuais. -----

**Ponto 7 - Aprovação de Adenda ao Contrato de Empreitada n.º 40/2025 – Empreitada de reparação/requalificação da Escola do 2º e 3º Ciclos e Secundária de Mêda- 27\_CP/2025 – Ratificação do Despacho nº 88/2026;**

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, ratificar o Despacho n.º 88/2026, que aprovou a minuta da adenda ao Contrato de Empreitada n.º 40/2025, referente à empreitada de reparação/requalificação da Escola dos 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda, conferindo poderes para a sua outorga. -----

**Ponto 8- Marialva Medieval 2026 - Proposta de Normas de Participação – Ratificação do Despacho Nº 90/2026;**



4/meda

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, ratificar o Despacho n.º 90/2026, que aprovou as Normas de Participação do evento 'Marialva Medieval 2026. -----

**Ponto 9 - Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mêda, para realização do "VII TRAIL" Proposta Nº21/2026;**

Relativamente ao VII Trail, o **Sr. Presidente César Figueiredo** referiu, existir um pedido de apoio no valor de 4.000 euros, para contribuir para a organização do evento. Indicou que esta iniciativa tem vindo a registar um aumento do número de participantes, sendo promovida por uma associação que merece o maior respeito. Acrescentou que o evento tem potencial para continuar a crescer em qualidade e participação, considerando que o mesmo contribui para a promoção e valorização do concelho, permitindo dar a conhecer o património e as Freguesias. Referiu ainda que a organização tem tido o cuidado de diversificar os percursos, abrangendo diferentes zonas do território em cada edição. Manifestou não ter conhecimento do itinerário previsto para a presente edição, referindo apenas que não será igual ao do ano anterior. Concluiu manifestando que se sente confortável na atribuição do apoio solicitado à realização da atividade. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu que, do ponto de vista da prova em si, se trata de uma iniciativa que evidencia o potencial do território para a prática desta modalidade, conforme mencionado pelo Sr. Presidente. Destacou que, apesar de o concelho ser geograficamente reduzido, apresenta uma grande diversidade paisagística, desde a região do Douro a zonas mais graníticas, o que proporciona condições adequadas para a prática desportiva em causa. Acrescentou uma palavra de apreço aos Bombeiros Voluntários da Mêda, referindo que os mesmos se fazem representar em diversas provas deste género, através de atletas que integram a corporação, contribuindo para a visibilidade do concelho e da instituição, destacando esse contributo de forma positiva. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mêda, no montante de 4.000,00 €, para a realização do 'VII Trail', a formalizar através de Protocolo de Colaboração, conferindo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga. -----

**Ponto 10 - Atribuição de apoio financeiro à STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, para realização do "32º convívio regional do STAL" – Proposta Nº 20/2026;**

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a atribuição de um apoio financeiro à associação STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, no montante de 1.800,00 €, para a realização do '32.º Convívio Regional do STAL', a formalizar através de Protocolo de Colaboração, conferindo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga. -----

**Ponto 11 – Empreitada de reparação/requalificação da Escola do 2º e 3º Ciclos e Secundária de Mêda- 27\_CP/2025 – Aprovação dos Autos de Medição nº 1, nº 2 e nº 3;**

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, os autos de medição – auto n.º 1, no valor de



*Almeida*

58.519,16 €, auto n.º 2 no valor de 54.414,24 €, e no auto n.º 3 no valor de 76.050,45 €, da Empreitada de reparação/requalificação da Escola dos 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda.

**Ponto 12 - Empreendimento de Caráter Estratégico – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para “Complexo Agroindustrial Avícola - Proposta 19/2026;**

Relativamente a este ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que se trata de um empreendimento de caráter estratégico, salientando a importância do investimento público, mas defendendo igualmente que, sem investimento privado e criação de postos de trabalho no território, não será possível fixar pessoas. Indicou que a empresa em causa tem intenção de realizar um investimento na ordem dos 8 milhões de euros, com o objetivo de criar um dos maiores polos de produção da Europa. Acrescentou que este investimento poderá ter efeitos multiplicadores no território, embora tenha salientado que, para já, importa analisar a situação concreta em discussão. Recordou que, aquando da sua tomada de posse, assumiu o compromisso de, no primeiro trimestre de 2026, ter sinalizado a existência de investimento privado no concelho. Referiu que esse objetivo implicou um trabalho contínuo, com a realização de várias reuniões e contactos, no sentido de atrair investimento. Indicou que procurou garantir condições de segurança e confiança aos empresários, referindo tratar-se de uma empresa pertencente ao Grupo Lusiaves, com mais de 5.000 funcionários. Sublinhou que, a escolha do concelho da Mêda por parte da empresa depende da garantia de celeridade nos processos, salientando que a questão central não se prende com apoios financeiros, mas sim com a capacidade de assegurar rapidez e eficiência nos procedimentos. Mencionou, garantir as condições necessárias para a sua concretização, tendo em conta que existia concorrência de outros municípios. Indicou que, nesse sentido, foi apresentada uma proposta de reconhecimento de interesse municipal e interesse público estratégico para o concelho, a qual será discutida em reunião de Câmara, seguindo-se o respetivo período de consulta pública de 20 dias. Acrescentou que se prevê a sua apreciação na Assembleia Municipal de abril. Conclui que, considera estar dado o pontapé de saída para que a Mêda se torne atrativa para empresários externos que pretendam investir no território. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, que questionou qual seria a localização do espaço.

o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que, o espaço em causa não pertence ao município, tratando-se do antigo areal. Indicou que o local apresenta diversas limitações, resultantes da extração de inertes ao longo de várias décadas, não tendo atualmente potencial agrícola, carecendo de requalificação. referiu ainda que, mesmo que se tratasse de um terreno com elevada capacidade produtiva, manteria a mesma posição quanto ao investimento. Indicou que o projeto abrange uma área de cerca de 40 a 50 hectares, prevendo a criação de vários pavilhões.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referindo que, da sua parte, partilha a visão apresentada do ponto de vista económico. Considerou tratar-se de um projeto de grande envergadura, com impacto positivo para o território, manifestando o seu apoio à sua concretização. Acrescentou que, no que respeita ao município, deverá ser assegurada a maior celeridade possível nos procedimentos necessários à sua concretização. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de reconhecimento de interesse público municipal estratégico do projeto ‘Complexo Agroindustrial Avícola – Construção de Exploração Avícola – Frango do Campo’, apresentado pela sociedade MEIGEST – Gestão de Projetos Imobiliários, S.A., dispensando-se a realização de avaliação ambiental, bem como determinar o início do procedimento de discussão pública, com a duração de 20 dias, e, não se verificando alterações à proposta, e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na



alínea m), do n.º 1 do art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 25º do Anexo I do supracitado diploma legal. -----

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

**Encerramento** - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezassete horas doze minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende dez páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda

  
-----  
(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária

  
-----

(Leticia Lopes Almeida)